

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Acionistas: Conforme disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis, incluindo Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO							
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016							
<i>(Em milhares de reais)</i>							
Ativos	Nota	2017	2016	Passivos	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.652	2.144	Empréstimos e financiamentos	14	1.650	2.405
Investimentos financeiros	6	533	565	Fornecedores	15	6.064	4.833
Contas a receber de clientes	7	39.847	39.077	Concessionária de tratamento de esgoto	16	7.379	11.241
Estoques	8	8.121	7.697	Cauções de fornecedores		533	574
Impostos e contribuições a recuperar	9	1.188	1.074	Obrigações fiscais	17	1.488	1.570
Outras contas a receber		639	572	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	18	7.999	7.183
Despesas diferidas		119	196	Adiantamento de clientes Projeto CERJU	19	13	162
Total do ativo circulante		71.099	51.325	Receitas antecipadas	20	319	-
				Outras obrigações	21	3.742	3.022
Contas a receber de clientes	7	1.491	732	Total do passivo circulante		29.187	30.990
Impostos e contribuições a recuperar	9	112	422	Empréstimos e financiamentos	14	7.555	8.934
Ativo fiscal diferido	10	4.974	5.757	Adiantamento de clientes Projeto CERJU	19	6.500	6.500
Depósitos judiciais	24	3.616	3.668	Crédito vinculado - Parque dos Ingás	22	1.147	1.147
Outras contas a receber		286	267	Recursos de terceiros para investimentos	23	2.066	1.698
Total realizável a longo prazo		10.479	10.846	Provisões para processos judiciais	24	8.753	6.984
Investimentos	11	3.305	3.305	Contas a pagar a partes relacionadas	25	775	1.332
Imobilizado	12	238.378	243.476	Receitas antecipadas a longo prazo	20	1.256	-
Intangível	13	1.273	1.813	Total do passivo não circulante		28.052	26.595
		242.956	248.594	Capital social	26	207.715	207.715
				Reservas de lucros	26	59.580	45.465
Total do ativo não circulante		253.435	259.440	Total do patrimônio líquido		267.295	253.180
				Total do passivo		57.239	57.585
Total dos ativos		324.534	310.765	Total dos passivos e do patrimônio líquido		324.534	310.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO			
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de reais)</i>			
	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	27	234.890	226.732
Custo dos serviços prestados	28	(146.947)	(147.070)
Lucro operacional bruto		87.943	79.662
Despesas operacionais			
Administrativas e comerciais	29	(67.133)	(74.679)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(3.562)	727
		(70.695)	(73.952)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		17.248	5.710
Resultado financeiro, líquido	31	1.440	(542)
Resultado antes dos impostos		18.688	5.168
Imposto de renda e contribuição social - corrente	32	(4.252)	(592)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	32	(783)	346
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		13.653	4.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO		
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de reais)</i>		
	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	13.653	4.922
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	13.653	4.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO		
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de reais)</i>		
	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	13.653	4.922
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:		
Impostos diferidos	783	(346)
Depreciação e amortização	8.828	8.810
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	2.675
Juros e variações cambiais apropriados sobre empréstimos	670	1.692
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.593	1.168
Provisão para processos judiciais	1.769	130
	27.296	19.051
Varição em ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(3.122)	(4.927)
Estoques	(424)	1.950
Outras contas a receber	(86)	41
Despesas diferidas	77	(58)
Fornecedores	1.231	780
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	816	260
Obrigações fiscais	4.585	809
Outros ativos e passivos	(1.234)	2.776
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.667)	(386)
	(2.824)	1.245
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	24.472	20.296
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado	(3.190)	(12.822)
Varição de investimentos, poupanças e cauções	32	(119)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.158)	(12.941)
Fluxo de caixa de atividades das financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	1.480
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2.203)	(6.881)
Pagamento de juros e variações monetárias	(603)	(1.477)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades de financiamentos	(2.806)	(6.878)
Caixa gerado (aplicado) no exercício	18.508	477
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.144	1.667
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.652	2.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO						
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de reais)</i>						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a destinar	Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	207.715	1.914	38.629	40.543	-	248.258
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	4.922	4.922
Constituição de reserva legal	-	246	-	246	(246)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	4.676	4.676	(4.676)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	207.715	2.160	43.305	45.465	-	253.180
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	462	462	-	462
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	13.653	13.653
Constituição de reserva legal	-	683	-	683	(683)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	12.970	12.970	(12.970)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	207.715	2.843	56.737	59.580	-	267.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Atividades operacionais

A Companhia foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal nº 5.307 de 5 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido verificado o montante de R\$ 170.516, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em laudo de avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município Jundiaí. A atividade operacional da Companhia teve início em 01 de janeiro de 2000.

A Companhia tem por objetivo:

- Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas a construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiaí;
- Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiaí;
- Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiaí;
- Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e
- Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 09 de abril de 2018.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 10** - Ativo fiscal diferido;
- **Nota explicativa 12 e 13** - Imobilizado e intangíveis; e
- **Nota explicativa 24** - Provisões para processos judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros: a.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis: Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

b. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

c. Contas a receber de clientes: As contas a receber dos usuários dos serviços de fornecimento de água e saneamento são avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data

do balanço, valores a receber de uso da rede. Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente, quando cabível, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é a receita bruta, no resultado do exercício. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira, apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

d. Imobilizado: d.1 Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui o custo de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui também quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Companhia, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

d.2 Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d.3 Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais de depreciação estimadas dos ativos imobilizados são as seguintes:

	2017	2016
Construções civis e benfeitorias	2%	2%
Sistema de abastecimento de água e esgoto	2 a 4%	2 a 4%
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	8 a 10%
Móveis e utensílios	8 a 10%	8 a 10%
Equipamento de informática	33%	33%
Veículos de passeio e carga	10 a 20%	10 a 20%
Veículos especiais	10 a 25%	10 a 25%
Tratores	25%	25%
Motocicletas	20%	20%
Softwares	20%	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis: Softwares: As licenças de programas de computador (*“softwares”*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A taxa anual de amortização estimada dos ativos intangíveis para os exercícios corrente e comparativo é:

	2017	2016
Sistemas de informação	20%	20%

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*): Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base critério adotado pela Administração para constituição de perdas, que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 60 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que

possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

8. ESTOQUES	2017	2016
Almoxarifados	8.121	7.697
	8.121	7.697

A Companhia registra os itens de estoque pelo seu valor líquido dos impostos indiretos (PIS/COFINS) controlando estes impostos em contas específicas de compensação e impostos a pagar.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	2017	2016
PIS/COFINS sobre imobilizado	749	1.398
IRPJ/CSLL a compensar	532	98
Previsão de IRRF sobre aplicações a resgatar	19	-
	1.300	1.496
Ativo circulante	1.188	1.074
Ativo não circulante	112	422

10. ATIVO FISCAL DIFERIDO
O ativo fiscal diferido possui a seguinte composição:

Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável	2017				2016
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total
Provisão para devedores duvidosos	9.662	2.415	870	3.285	2.743
Contingências cíveis	2.040	510	184	694	1.575
Contingências trabalhistas	5.013	1.253	451	1.704	221
Provisão de receitas/custos por competência	(7.583)	(1.896)	(682)	(2.578)	(2.584)
Prejuízo fiscal (Base IRPJ) (i)	5.499	1.374	-	1.374	2.792
Prejuízo fiscal (Base CSLL) (i)	5.499	-	495	495	1.010
Ativos fiscais diferidos, líquido		3.656	1.318	4.974	5.757

O efeito do imposto diferido no resultado de 2017 é de R\$ 783 (R\$ 346 em 2016).
(i) Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social estão suportados por estudo técnico de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos até o ano de 2019.

11. INVESTIMENTOS
Trata-se de bens que não se destinam à atividade fim da Companhia. Os imóveis foram construídos para abrigar as famílias que estavam em uma área onde foi construída a represa. O terreno para a construção foi doado pela Prefeitura municipal de Jundiá (ver nota 22). O imóvel foi registrado pelo valor justo do terreno acrescido dos valores de custo da obra de construção.

	2017	2016
Imóveis	3.273	3.273
Obras de arte	32	32
	3.305	3.305

12. IMOBILIZADO
a. Composição

	Custo de aquisição	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	
			2017	2016
Terrenos	29.232	-	29.232	28.773
Construções civis e benfeitorias	69.939	(33.794)	36.145	38.716
Sistema de abastecimento de água e esgoto	229.689	(71.153)	158.536	159.046
Máquinas e equipamentos	18.675	(13.101)	5.574	5.978
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	4.681	(3.684)	997	1.237
Veículos	5.570	(4.681)	889	1.028
Imobilizado em andamento	7.005	-	7.005	8.698
	364.791	(126.413)	238.378	243.476

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfêrências	Saldo final
Construções civis e benfeitorias	69.729	122	-	87	69.938
Sistema de abastecimento de água e esgoto	225.453	-	-	4.236	229.689
Máquinas e equipamentos	18.698	244	(268)	-	18.674
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	4.828	167	(314)	-	4.681
Veículos	5.592	4	(25)	-	5.571
Imobilizado em andamento	8.698	3.063	(432)	(4.323)	7.006
	361.771	4.059	(1.039)	-	364.791

	Saldo inicial	Depreciação/amortização	Baixas	Saldo final
Sistema de abastecimento de água e esgoto	66.407	4.746	-	71.153
Máquinas e equipamentos	12.720	636	(255)	13.101
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	3.591	408	(315)	3.684
Veículos	4.564	142	(25)	4.681
	118.295	8.713	(595)	126.413

A Companhia aproveita o crédito referente ao PIS e COFINS de acordo com a IN 457/2004.

O total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2017 foi de R\$ 3.063 (R\$ 9.740 em 2016). Das obras em andamento, destacam-se: a) Remanejamento de adutora na Avenida Osmond dos Santos Pellegrini no valor de R\$ 1.662 em 2017; b) Extensão das adutoras do Distrito Industrial e Vila Josefine, R\$ 1.057 em 2017; c) Extensão de rede de esgoto na Rua Daniel Pellizzari, R\$ 344 em 2017.

13. INTANGÍVEL
a. Composição

	Custo de aquisição	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	
			2017	2016
Softwares	3.438	(2.165)	1.273	1.813
	3.438	(2.165)	1.273	1.813

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
	3.268	171	(1)	3.438

	Saldo inicial	Depreciação/amortização	Baixas	Saldo final
	1.455	711	(1)	2.165

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de Juros a.a.	Ano de Vencimento	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			2017	2016	2017	2016
Contrato Capital Giro CEF	14,14%	2017	-	444	-	-
Contrato Giro Pré Itaú	23,40%	2017	-	274	-	-
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	6,00%	2016-2036	2	2	28	29
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	6,00%	2023	1.535	1.493	7.527	8.731
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	8,00%	2019	113	192	-	174
			1.650	2.405	7.555	8.934

O cronograma de vencimento dos valores classificados no longo prazo é o seguinte:

Instituição	2019 a 2020	2020 a 2036
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	28	-
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	2.996	4.531
	3.024	4.531

Financiamentos: Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto. Esses contratos de financiamentos foram captados juntos a Caixa Econômica Federal, e possuem cláusula de vencimento antecipado/rescisão caso os itens em contrato não sejam cumpridos. São exemplos de itens que podem resultar em vencimento antecipado/rescisão:

a. Inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato; b. Modificação do projeto sem prévio aviso e expresse consentimento da Caixa Econômica Federal; e c. Deixar de concluir a obra no prazo contratual.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos.

15. FORNECEDORES	2017	2016
Despesas administrativas	1.497	1.483
Investimento em softwares	157	872
Benefícios a funcionários	828	711
Energia elétrica	800	533
Compras para estoques	1.238	524
Serviços - operação	1.369	452
Outros	175	258
	6.064	4.833

16. CONCESSIONÁRIA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Refere-se ao montante devido à Companhia Saneamento de Jundiá a título de repasse de 95% dos valores medidos pela Companhia de acordo com a tarifa referencial de serviço, relativo ao tratamento de esgoto no Município de Jundiá. O contrato tem prazo de validade até 30 de abril de 2031 e dentro os principais obrigações estão: a) Regular, orientar, coordenar e supervisionar sob aspecto técnico, operacional, contábil e legal, a execução das obras e serviços da Concessão, podendo contar para o melhor exercício destas atividades com a colaboração dos usuários; b) Exercer a fiscalização e acompanhar os serviços de controle de qualidade e da execução das obras e serviços, organizados e operados pelo Concessionário, de modo que o sistema se mantenha sempre adequado aos interesses das partes e dos usuários; e c) Conhecer e acompanhar o desempenho do Concessionário através de auditorias, inspeções, relatórios e balanços periódicos.

	2017	2016
Companhia Saneamento de Jundiá - CSJ	7.379	11.241
	7.379	11.241

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2017	2016
COFINS	819	862
Retenções sobre serviços de terceiros	491	496
PIS	177	187
IRPJ	-	16
CSLL	-	8
Outros	1	1
	1.488	1.570

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2017	2016
Provisões de férias	6.156	5.571
INSS a recolher	947	995
IRRF sobre salários a recolher	499	280
FGTS a recolher	303	256
Outros	94	81
	7.999	7.183

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - PROJETO CERJU

Refere-se ao valor devido às indústrias do Município de Jundiá, decorrente do contrato de participação no projeto CERJU - Comitê de Recuperação da Bacia do Rio Jundiá. O "Projeto CERJU" foi elaborado através de esforço integrado do Município de Jundiá, do Governo do Estado de São Paulo e da iniciativa privada local. Às indústrias que participaram do projeto com investimentos, foi garantido um abatimento em suas contas futuras de água e esgoto igual à quantidade investida, através de descontos a serem concedidos nas contas de tarifas de serviços de água e esgoto pelo prazo de 10 anos, a partir de outubro de 1998, aplicando-se sobre o montante total o percentual de 4,8% a.a. nos dois primeiros anos e 11,3% a.a. nos oito anos restantes. O montante adiantado também é atualizado de acordo com o índice de reajuste de tarifa de água e esgoto, estabelecido pelo Município. Os valores representados em longo prazo referem-se às empresas credoras que não estão consumindo água tratada para poder a Companhia conceder o abatimento em suas contas, ou ainda por fazerem parte de uma massa falida.

	2017	2016
Passivo circulante	13	162
Passivo não circulante	6.500	6.500
	6.513	6.662

20. RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas referem-se aos contratos de Permissão de Uso e Serviço Bancário da Folha de Pagamento da Companhia. O contrato é de 60 meses e teve início em dezembro de 2017.

	2017	2016
Passivo circulante	319	-
Passivo não circulante	1.256	-
	1.575	-

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2017	2016
Adiantamentos de clientes (i)	3.697	3.007
Restituições a clientes	1	15
Indenizações por danos a pagar	44	-
	3.742	3.022

(i) Os adiantamentos de clientes referem-se a valores pagos em duplicidades ou indevidamente por clientes ou ainda valores de depósitos em conta não identificados.

22. CRÉDITO VINCULADO - PARQUE DOS INGÁS

A Companhia recebeu da acionista controladora Prefeitura Municipal de Jundiá, no exercício de 2008, terreno no valor justo de R\$ 1.147, que contabilizou, juntamente com o valor aplicado nas obras realizadas até o final do exercício, no grupo de Investimentos, no ativo não circulante, por não serem destinados à exploração da atividade operacional (nota 11). A contrapartida da conta de investimentos, somente no valor do terreno, correspondeu à conta de reserva para aumento de capital, no patrimônio líquido. No exercício de 2009 o valor desse terreno foi transferido da conta do patrimônio líquido para o passivo não circulante, "Obrigações Parque dos Ingás", por haver cláusula de obrigação na escritura de doação. Não existe cláusula de atualização na escritura de doação (Lei Municipal nº 7.060 de 5 de junho de 2008) entre a DAE e Prefeitura Municipal de Jundiá.

23. RECURSOS DE TERCEIROS PARA INVESTIMENTOS

	2017	2016
FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Construção ETE Fernandes	893	893
OGU - Orçamento Geral da União - Construção ETE São José	513	513
OGU - Orçamento Geral da União (i)	660	292
	2.066	1.698

(i) O contrato OGU nº 0424396-42/2014 refere-se à obras no sistema de esgotamento sanitário dos bairros Varjão, do Poste e Travú.

24. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui diversos processos judiciais em andamento, de natureza fiscal, cível e trabalhista, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial.

Instituição	Movimentação das provisões	Cíveis, administrativas e Tributárias	Trabalhistas	Total
Constituição	943	4.585	5.528	
Baixas/reversão	(3.537)	(222)	(3.759)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.740	5.013	8.753	
Instituição	Movimentação dos depósitos judiciais	Desapropriações e Outras	Trabalhistas	Total
Constituição	16	64	80	
Baixas/reversão	(49)	(83)	(132)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.248	368	3.616	

continua

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAI	8
MUNDIAL S.A PRODUTOS DE CONSUMO	2

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 128 • Número 70
São Paulo, terça-feira, 17 de abril de 2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2017	2016
Sentenças judiciais	(4.201)	(241)
Reversão de baixas para perdas	583	735
Receita por venda de imobilizado	-	128
Outros	56	105
	(3.562)	727

31. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	1.687	2.094
Despesas bancárias	386	449
Descontos concedidos	118	6
Atualização monetária das obrigações	103	366
Multas/juros por atraso de pagamento	9	260
	2.303	3.175
Receitas financeiras		
Juros recebidos ou auferidos	(2.166)	(1.600)
Receita de multas por atraso de pagamentos	(1.168)	(834)
Receitas de aplicações financeiras	(532)	(270)
(-) PIS e Cofins s/Receitas financeiras	183	128
Outras	(60)	(57)
	(3.743)	(2.633)
Resultado financeiro, líquido	(1.440)	542

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado dos exercícios de 2017 e 2016:

	2017			2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro do exercício antes dos impostos	18.688	18.688		5.168	5.168	
Alíquota vigente	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(4.672)	(1.682)	(6.354)	(1.292)	(465)	(1.757)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	201	32	233	652	299	861
Compensação de prejuízos fiscais	1.374	495	1.869	227	77	304
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(3.097)	(1.155)	(4.252)	(413)	(179)	(592)
Alíquota efetiva	17%	6%	23%	8%	3%	11%

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/17	Cenário Provável %	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
					Valor	%	Valor	%
Instrumentos financeiros passivos	9.205	Varição UP/CDI	6,63	6,63	611	8,29	763	9,95

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/16	Cenário Provável %	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
					Valor	%	Valor	%
Instrumentos financeiros passivos	11.340	Varição UP/CDI	13,03	13,03	1.477	16,29	1.846	19,55

Fonte: UPR - Caixa Econômica Federal

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Ativos	31 de Dezembro de 2017			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	20.652	-	-	20.652
Investimentos financeiros	533	-	-	533
Contas a receber	-	41.338	-	41.338
Outros créditos	-	926	-	926
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	9.205	9.205
Fornecedores	-	-	6.064	6.064
Outros passivos	-	-	12.430	12.430
Outros passivos não circulantes	-	-	6.500	6.500
	21.185	42.264	34.199	97.648

Ativos	31 de Dezembro de 2016			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.144	-	-	2.144
Investimentos financeiros	565	-	-	565
Contas a receber	-	39.809	-	39.809
Outros créditos	-	840	-	840
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.340	11.340
Fornecedores	-	-	4.833	4.833
Outros passivos	-	-	16.169	16.169
Outros passivos não circulantes	-	-	6.500	6.500
	2.709	40.649	38.842	82.200

Valores estimados de mercado: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 para os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Passivo a Custo Amortizado que abrangem principalmente, fornecedores, outros passivos e partes relacionadas da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

Para determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na taxa do último contrato de empréstimo firmado em 2015 com a Caixa Econômica Federal, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo. O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 9.209 (R\$ 9.205 a valor contábil).

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciância, nº 27A.

- Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:
- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
 - **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
 - **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31 de Dezembro de 2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	20.652	-	20.652
Instrumentos financeiros	-	533	-	533
	-	21.185	-	21.185

	31 de Dezembro de 2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.144	-	2.144
Instrumentos financeiros	-	565	-	565
	-	2.709	-	2.709

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário: Até o momento da emissão dessas Demonstrações Financeiras, não havia sido emitida resolução para reajuste tarifário pela agência reguladora ARES-PCJ.

CONTROLADORIA

LUCIANA LOPES GLOZAN
Contadora - CRC 1SP260421/O-3

LIDIANE CRISTINA PUPO SANTOS
Gerente de Controladoria - CRC 1SP243864/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

do auditor
A administração da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A Administração da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os Administradores da Companhia a respeito da auditoria e das constatações efetuadas, dentre outros aspectos do alcance planejado, inclusive acerca de eventuais inadequações que possam existir nos controles internos.

São Paulo, 09 de abril de 2018

Maciel Auditores S/S
2CRC RS 5.460/O-0 - T - SP
Roger Maciel de Oliveira
1CRC/RS 71.505/O-3 - "T" - SP
Sócio Responsável Técnico

Dennis Paiva Villalva
1CRC/SP 246.768/O-6
Sócio Responsável Técnico

continuação

O montante da provisão para contingências tributárias é constituído principalmente por um auto de infração referente a COFINS sobre receitas de tratamento de esgoto no ano de 2003, que soma R\$1.700. As contingências cíveis são constituídas em sua grande maioria por processos de restituições e repetição de indébito que somam R\$ 1.163. Existem outras ações judiciais e processos administrativos avaliados pelos nossos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 12.194 (R\$ 3.027 em 2016) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, porém sua divulgação.

25. PARTES RELACIONADAS

Controladora e parte controladora final
A Controladora direta e final da Companhia é a Prefeitura Municipal de Jundiá.

Remuneração de pessoal-chave da administração
O pessoal chave da administração incluindo diretores têm a seguinte remuneração paga ou a pagar por serviços prestados:

	2017	2016
Remuneração contratada	1.466	2.417
	1.466	2.417

Os saldos com partes relacionadas são decorrentes de saldo de folha de pagamento de pessoal da Prefeitura atuando na Companhia conforme Lei Municipal 5.308/99 publicada em função da transformação da autarquia em sociedade anônima.

Passivo	2017	2016
Obrigações folha de pagamento PMJ	775	1.332
	23.158	23.524

Custos e Despesas	2017	2016
Custo com pessoal PMJ (nota 28)	11.888	11.838
Despesas com pessoal PMJ (nota 29)	11.270	11.686
	23.158	23.524

A Companhia presta serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiá (PMJ) e economias próprias municipais, que compreendem os imóveis de propriedade ou ocupados pela PMJ, por suas autarquias e fundações públicas por ela criadas e mantidas. Conforme Lei municipal nº 1.637, de 03 de novembro de 1969, e alterações pela Lei municipal nº 2.062, de 25 de abril de 1974, estes serviços são isentos de tarifa. Os valores destes serviços representam R\$ 16.285 no exercício de 2017 (R\$ 20.000 em 2016). Adicionalmente, a Companhia tem isenção no pagamento de IPTU (Imposto sobre propriedade territorial urbana) nos imóveis de sua propriedade, que seriam devido à sua controladora.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social
Capital Social Autorizado importa R\$ 250.000, dos quais R\$ 207.715 encontram-se subscritos e integralizados no final dos exercícios de 2017 e 2016, sendo representadas por 80.937.712 ações ordinárias e 126.777.267 ações preferenciais nominativas de valor nominal R\$ 1,00 (um real).

Reservas de lucros	2017	2016
Reserva legal	2.843	2.160
Reserva de lucro a destinar	56.373	43.305
	59.580	45.465

Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucro a destinar
A reserva de lucros a destinar está composta do lucro líquido do exercício somados a lucros de exercícios anteriores que serão destinados posteriormente para aumento de capital social ou distribuição de dividendos, a destinação da reserva de lucros é aprovada pela sua controladora, a Prefeitura Municipal de Jundiá.

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Receita operacional bruta	283.126	259.618
Receitas de serviços	283.126	259.618
Deduções	(48.236)	(32.886)
Cancelamentos e abatimentos	(24.272)	(9.791)
Impostos incidentes sobre a receita de serviços	(23.964)	(23.095)
Receita operacional líquida	234.890	226.732

28. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2017	2016
Serviço de tratamento de esgoto (Concessionária)	55.230	53.738
Despesas com pessoal	30.521	28.980
Serviços de terceiros - Pessoa jurídica	18.984	17.333
Energia elétrica	10.145	12.707
Despesas com pessoal PMJ (nota 25)	11.888	11.838
Depreciações e amortizações	8.285	8.063
Material de tratamento água	4.551	5.551
Material auxiliar e de consumo	1.245	1.865
Cobrança pelo uso da água - SEMA/ANA	1.458	1.726
Manutenções	1.726	1.330
Outros	2.914	3.939
	146.947	147.070

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

	2017	2016
Despesas com pessoal	24.679	25.986
Serviços de terceiros - Pessoa jurídica	14.864	22.940
Despesas com pessoal PMJ (nota 25)	11.270	11.686
Perdas com incobráveis	3.817	3.000
Publicidade	2.036	1.877
Custos de cobrança	1.524	1.389
Provisão para contingências	1.769	129
Depreciações e amortizações	1.139	748
Taxa ARES-PCJ	680	510
Outros	5.355	6.414
	67.133	74.679

DIRETORIA

EDUARDO SANTOS PALHARES
Diretor Presidente

EVANDRO BIANCARELLI
Diretor Financeiro

LUCIANA LOPES GLOZAN
Contadora - CRC 1SP260421/O-3

LIDIANE CRISTINA PUPO SANTOS
Gerente de Controladoria - CRC 1SP243864/O-9

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAI	8
MUNDIAL S.A PRODUTOS DE CONSUMO	2